

Conferência

Publicação: [O Mundo em Português Nº 64](#)

Data de Publicação: Maio/Junho 2007

Autor: A Estratégia de Lisboa numa Sociedade de Conhecimento sem Fronteiras

No âmbito do projecto A Estratégia de Lisboa numa Sociedade do Conhecimento sem Fronteiras, o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais realizou, nos dias 1 e 2 de Março de 2007, uma conferência internacional destinada a tornar público o trabalho desenvolvido pela equipa de peritos internacionais que colaboraram nesta pesquisa. Mais do que fazer um balanço dos resultados atingidos pela Estratégia de Lisboa, a conferência propunha-se perceber se existe uma «agenda global comum», no âmbito da qual se reflectiriam, em diversas regiões, muitas das preocupações às quais a Estratégia de Lisboa pretende dar resposta.

O ponto de partida foi a percepção da existência de um conjunto de desafios e de oportunidades que, para além de se colocarem à União Europeia, são também objecto de atenção em vários países e regiões, pelo que a Estratégia de Lisboa encontra equivalentes em outras áreas geográficas. Na conferência estiveram presentes peritos dos Estados Unidos, Japão, China e Brasil, assim como especialistas em questões do Mediterrâneo, representantes da Comissão Europeia, representantes do sector empresarial português.

A noção de que uma sociedade baseada no conhecimento e na inovação é a melhor forma de responder aos desafios da globalização é um dos pilares em que assentou a concepção da Agenda de Lisboa. Esta ideia está longe de ser um exclusivo europeu, e as realidades dos países que foram analisados no âmbito do projecto apontam para uma aposta nesse mesmo sentido. Os planos e iniciativas que aí estão em curso representam, uma opção estratégica semelhante à Estratégia de Lisboa da União Europeia (ainda que menos abrangente) – são programas governamentais destinados a promover uma sociedade baseada no conhecimento, a aposta na inovação e o reforço do papel da educação e da qualificação dos trabalhadores.

Não obstante estas opções, em determinados casos, a realidade está longe de corresponder à retórica governamental. Como salientou George Joffé, da Universidade de Cambridge, tal sucede inclusivamente no caso da União Europeia, já que toda a Estratégia de Lisboa se baseou nos princípios da integração económica, presumindo as

liberdades de circulação de bens e capitais, mas onde uma terceira liberdade – fundamental – está ainda por cumprir: a liberdade de circulação dos trabalhadores. Além disso, o facto de a UE instar os Estados seus vizinhos a subscreverem os seus valores e as suas políticas económicas não vai ao ponto de permitir a sua adesão ao clube europeu; limita-se a conceder, no máximo, um estatuto de parceria ou de cooperação que, para este investigador, não parece ser proporcional ao que é exigido. No caso do Mediterrâneo, onde a UE centra parte importante da sua actuação em termos de Política Europeia de Vizinhança (PEV), o papel da Agenda de Lisboa permanece ainda bastante indefinido, uma vez que a Parceria Euro-Mediterrânica e a PEV irão fundir-se no decurso de 2007, e muitas questões estão ainda por resolver, nomeadamente no que concerne à integração do mercado.

Uma outra questão central que enforma a discussão sobre a influência da Agenda de Lisboa no Mediterrâneo é, ainda segundo George Joffé, o tema da imigração, nomeadamente no que diz respeito à imigração dos trabalhadores mais qualificados. A saída sistemática desta franja de trabalhadores é uma característica sociológica estrutural dos países do Norte de África e do Médio Oriente e que cria tensão entre a UE e estes países – tensão esta que não é reconhecida pelos líderes europeus e que, consequentemente, não é devidamente combatida.

As conclusões principais que a Conferência permitiu retirar centram-se à volta de duas ideias-chave: por um lado, existe matéria para se definir uma agenda comum a todos estes países, já que os desafios são, na sua maioria, comuns a todos eles, e não específicos de um ou outro; por outro, ainda que os temas da inovação e da sociedade do conhecimento tenham passado a integrar o discurso oficial e as políticas tanto da União Europeia como de outros países, existem ainda algumas práticas governamentais que impedem a concretização de muitos dos preceitos estipulados nos planos estratégicos supra referidos e que, assim, revelam as dificuldades que ainda existem para qualquer país ou região estabelecer uma sociedade verdadeiramente baseada no conhecimento e na inovação.

A Estratégia de Lisboa no quadro internacional

Para além de constituir um ambicioso programa de reforma das políticas económicas e sociais para o conjunto dos Estados membros da UE, a Estratégia de Lisboa é vista com bastante atenção por países terceiros, eles próprios empenhados na reformulação das suas políticas de desenvolvimento. Pedimos a dois especialistas, um nos Estados

Unidos (Chyio Kobayashi) e outro no Brasil (Mário Salerno) que nos falassem, por um lado, das «estratégias de Lisboa» dos seus países e, por outro, de como vêm o impacto nas relações bilaterais da Agenda europeia.

Quais são os principais objectivos e desafios que se colocam ao seu país, relativamente ao desenvolvimento da sociedade do conhecimento? Esta agenda é prioritária na formulação da política interna?

Chyio Kobayashi (CK): Os principais objectivos dos Estados Unidos são a sustentação e o reforço da liderança económica e tecnológica na economia global. Os desafios incluem o declínio das capacidades básicas de investigação, o decréscimo dos recursos humanos em termos de ciência e tecnologia, e um desempenho abaixo do necessário no ensino secundário, ao nível da ciência e da matemática. Estas áreas são consideradas prioritárias, tanto pelo governo federal como pelos estados.

Mário Salerno (MS): Após mais de vinte anos de ausência, em Novembro de 2003 foram lançadas as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), com o objectivo de mudar o patamar competitivo da indústria brasileira, rumo à inovação e diferenciação de produto. Pesquisas realizadas no Brasil, envolvendo mais de 95% do valor acrescentado na indústria, mostram que uma estratégia de inovação e diferenciação de produto tem uma correlação altamente positiva com um desenvolvimento sustentável¹. Foi criado um novo quadro institucional para responder aos desafios: novas leis - inovação, incentivos fiscais à I&D na empresa, biossegurança, informática; novas linhas de financiamento; novas instituições para coordenação do sistema nacional de inovação – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (envolvendo Ministros, Empresários e Sindicalistas) para a discussão das linhas gerais da política. Ainda em 2003\$, o governo lançou o programa Brasil Três Tempos (Br3T), almejando traçar diretrizes estratégicas para o país, com metas calendarizadas: 2007 (final do plano plurianual 2004-2007); 2015 (metas do milénio); 2022 (200 anos de independência). O Br3T organiza uma série de prospecções (foresights), mapas tecnológicos e mobilizações da sociedade em torno de temas prioritários, como o conhecimento.

Qual é a perspectiva do seu país em relação à Estratégia de Lisboa? Quais os aspectos mais salientados?

CK: Alguns são muito cépticos, enquanto outros acreditam nesta perspectiva mais

abrangente. As vozes mais críticas afirmam que a Estratégia de Lisboa não está suficientemente centrada, e que não é boa ideia incluir as questões sociais. Outros afirmam que o facto de ter objectivos tão ambiciosos é um grande passo na direcção certa, e que a Estratégia de Lisboa, baseada na compreensão da economia do conhecimento, é uma estratégia ganhadora na economia global. MS: A Estratégia de Lisboa ajudou a criar a consciência da necessidade de políticas de inovação mais consistentes. Mas há sempre a preocupação com o uso de parâmetros técnicos, como novas barreiras ao comércio.

Relativamente às relações entre o seu país e a Europa, nos temas da Estratégia de Lisboa, quais deveriam ser as prioridades para a futura cooperação bilateral?

CK: As áreas prioritárias para os Estados Unidos e a Europa incluem a medição da inovação, a avaliação das políticas, troca de informação sobre boas práticas e a formação de um quadro internacional para a colaboração na inovação. Os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão devem cooperar ao nível da energia e do ambiente, trabalhando juntos para encontrar um cenário de soft landing para a economia global.

MS: Uma cooperação deve respeitar a agenda de cada país envolvido. O mais importante é o intercâmbio em termos metodológicos e de conhecimento, não de recursos. O Brasil e os países europeus têm fortes laços culturais, mas pode-se inovar nesse campo. Poder-se-ia desenvolver redes de conhecimento entre pequenas empresas, metodologias de indicadores para avaliação de políticas e para auxílio à gestão da inovação nas empresas.

Estratégia de Lisboa, componente da acção externa da União Normalmente descrita como um projecto interno, a Estratégia de Lisboa começa a ser vista também como um instrumento facilitador das relações da Europa com outras grandes regiões do Mundo. Dois analistas da política europeia – Hans Mertens e Mario Telò - reflectem acerca da forma como a Estratégia de Lisboa pode reforçar o perfil da Europa na cena internacional.

Quais os aspectos da Estratégia de Lisboa que considera terem mais potencial de integração na política externa da União?

Hans Martens (HM): A sociedade do conhecimento tem um carácter global, pelo que é uma componente natural da cooperação internacional promovida pela UE. Nesta área, os Estados membros da União podem nem sempre estar na liderança, o que deveria levar a mais cooperação global, e não a menos. Isto leva a uma necessidade de cooperação internacional e de trocas entre investigadores em áreas marcantes das

actividades educacionais. A Europa necessita de «importar» incentivos para se tornar mais inovadora, e tal pode ser promovido através da cooperação internacional e da troca de experiências.

Por outro lado, a Europa tem, provavelmente, o maior potencial do Mundo em termos de coesão social e tem diversos exemplos de boas práticas na combinação entre inclusão social e reforço da competitividade. Também no desenvolvimento de boas práticas de governação existe um potencial para a política externa da União. A Europa tem um sector público mais vasto do que a maior parte do mundo, e nalguns locais existe uma correlação positiva entre um eficiente – mesmo que grande – sector público e uma alta competitividade.

Mario Telò (MT): A Estratégia de Lisboa deveria estar no centro das relações externas da União. O que fazemos no seio da União, a este nível, é um contributo para a governação externa e global, no que ao papel internacional da UE diz respeito. O projecto Galileu, por exemplo, é crucial tanto para as relações com a Índia e com a China como com os Estados Unidos. Mas, por outro lado, também é fundamental para conseguir algum distanciamento e uma maior independência em relação aos Estados Unidos, pois permite à Europa desempenhar um papel na partilha de tecnologias, na criação de parcerias estratégicas com diversos países emergentes. Este é um exemplo do enorme papel potencial do conhecimento, e também do papel da Europa enquanto potência civil.

Os Estados membros prezam muito a sua presença internacional na sociedade do conhecimento. O risco que corremos é que haja uma competição entre Estados membros no que à dimensão internacional diz respeito. Uma dimensão internacional britânica, outra francesa, outra espanhola, a influenciar a América Latina... Este é o perigo, e é por isso que a Estratégia de Lisboa é tão importante, como contraponto às acções nacionais. Quando começámos a Estratégia de Lisboa, no ano 2000, estávamos totalmente conscientes do risco de competição entre os Estados membros, do risco de termos competição em vez de coordenação. Não sendo um actor uno, a Europa pode criar uma espécie de cacofonia, o que seria um mau contributo para a integração europeia. Quando, pelo contrário, agimos a uma só voz, tal significa um contributo para a integração, pois existe um efeito espelho, onde se revêem os méritos da integração. Quando se discute de forma unida com a China, estamos nós próprios a ficar mais unidos e coerentes. Este é o desafio para a próxima década.

A Estratégia de Lisboa é uma mais-valia para o reforço do papel da União enquanto actor internacional? De que forma?

HM: A grande mais-valia do processo de Lisboa poderá vir a ser, provavelmente, o facto de constituir um quadro de referência para as reformas estruturais na Europa, numa altura em que o papel de outras políticas económicas (fiscais e monetárias) decresceu, em consequência da integração monetária. As reformas estruturais também são cada vez mais importantes na cena global, impulsionadas pela necessidade de mudança e de criação de mais-valias, dada a crescente competição internacional. Mesmo que se duvide, por vezes, da possibilidade de alcançar as metas de Lisboa, o processo reforçou a atenção prestada pelos decisores políticos europeus às reformas estruturais, de uma forma improvável na ausência deste quadro, e está a reforçar cada vez mais a UE enquanto actor económico e social internacional, reforçando simultaneamente a capacidade de a União actuar na cena internacional.

MT: Sim, a todos os níveis: educação, cooperação no domínio da investigação, cooperação quando se fazem acordos comerciais não somente bilaterais mas com regiões. Os acordos regionais com o Mercosul, a Índia, a ASEAN, por exemplo, são parte do exercício do poder civil da União a nível internacional, incluindo em termos estruturais. O que designo por «potência estrutural» é o poder baseado no conhecimento, e esse é muito mais importante do que o poder militar. O poder baseado no conhecimento e na tecnologia, na educação e na investigação, é mais forte e mais importante do que o poder militar. Infelizmente, ou não, a Europa não é uma potência militar. Assim, para nós, o que chamamos soft power é tudo o que temos. E é por isso que precisamos de um novo conceito. Não podemos pegar num conceito originário dos Estados Unidos e aplicá-lo a uma realidade completamente diferente, como é a União Europeia. Por isso, prefiro usar o termo «potência civil», que não é «potência civilizadora». A ideia de «civilizar» o mundo não é eurocêntrica. O conceito de «potência civil» não é normativo; é analítico e realista – é um poder novo; não é similar ao dos Estados Unidos – e necessitamos de um novo conceito para lidar com uma nova realidade.

A Comissão Europeia declarou recentemente, na Comunicação Europe in the World - Some Practical Proposals for Greater Coherence, Effectiveness and Visibility (Junho de 2006) que a agenda de Lisboa deveria ser usada para reforçar a « projecção externa das políticas internas da UE ». Até que ponto os vários actores estão a seguir esta

recomendação? Que medidas serão necessárias para que o façam?

HM: Alguns dos aspectos centrais da cooperação internacional já foram mencionados, e existem certamente outros domínios onde se pode cooperar. Por outro lado, não há dúvida de que a UE não tem capacidade para projectar internacionalmente as suas soluções internas, seja devido a uma auto-promoção por parte dos Estados, seja porque o quadro de acção externa da União não está suficientemente desenvolvido, para lá das áreas tradicionais nas quais a UE tem uma longa tradição de políticas externas, como, por exemplo, em termos de comércio e de desenvolvimento.

Seria muito útil criar um quadro de referência para uma acção internacional comum nas áreas abrangidas pela agenda de Lisboa, e não os sucessos e interesses nacionais, e /ou um maior papel para a Comissão Europeia nesta área. A projecção de soluções, por exemplo na área da coesão social e das boas práticas de governação é particularmente importante na vizinhança mais próxima. No Norte de África e na Europa de Leste, encontramos sistemas em relação aos quais a UE estará muito dependente nos próximos anos mas que, simultaneamente, poderiam beneficiar política, económica e socialmente com a «projecção externa das políticas internas da União».

MT: É uma boa questão – e uma boa citação, uma vez que a Comissão levou seis anos para o entender. Existe um problema de comunicação entre as direcções-gerais da Comissão. Fomos conselheiros da Direcção-Geral de Investigação durante cinco anos e demos muitos contributos em termos de relações externas, através de missões em diversas regiões do Mundo. Foi muito difícil fazer com que os relatórios dessas missões fossem contributos para a Comissão, no seu conjunto. Informávamos a DG Investigação, mas, por exemplo, a comunicação entre esta DG, a DG Relações Externas (que deveria coordenar essas missões), a DG Comércio, a DG Cooperação, a DG Social (que também se ocupa de relações externas) era difícil. Parece uma espécie de política externa fragmentada, quando o que é preciso é mais coerência, mais consistência e um quadro estratégico. Este documento de Junho de 2006 é um passo na direcção certa, mas receio bem que seja apenas um primeiro passo.

1DE NEGRI; João A.; SALERNO, Mario S. Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília, Ipea, 2005. Disponível em www.ipea.gov.br